

Conjuntura e os desafios do SINASEFE-IFBA: ousar resistir, ousar lutar!

1. Alguns aspectos da conjuntura Internacional

Os dois primeiros meses de 2018 foram marcados pela continuidade dos elementos mais fundamentais do cenário mundial aberto com a crise mundial de 2007-8. O capitalismo persiste, operando nos quadros da longa depressão inaugurada por aquela crise, na medida em que se trata de uma lenta recuperação após uma grande queda. Em termos da economia mundial, o ano de 2017 apresentou uma melhoria relativa dos índices de crescimento absoluto, mas os indicadores de crescimento do PIB per capita da maioria dos países permanecem abaixo dos padrões anteriores ao início da crise. Para 2018, uma das possibilidades é a de que esse ritmo de crescimento global seja mantido sem maiores sobressaltos, conservando o passo lento da recuperação. Essa é a aposta da maioria dos grandes investidores, agências de avaliação e intelectuais da ordem. Outra possibilidade, defendida por alguns intelectuais marxistas e mesmo por alguns outros setores minoritários, entre os economistas, é a de que essa relativa recuperação se esgote ainda esse ano, com uma nova queda no ritmo da acumulação capitalista.

Na América Latina, esse cenário tem implicado em um recrudescimento da interferência política e econômica dos Estados Unidos, que certamente exercerá grande pressão em todos os importantes processos eleitorais agendados para esse ano (como os de Colômbia, México, Brasil e Venezuela, dentre outros), buscando garantir a eleição de forças comprometidas com seus interesses econômicos e geoestratégicos (realização das contrarreformas neoliberais e privatização de ativos). É preciso, no entanto, sublinhar que os indicadores utilizados pelos economistas burgueses para mensuração do crescimento econômico incorporam, com frequência, elementos que combatemos, tais como “a simplificação” das leis trabalhistas, que eventualmente ocasionam maior retorno ao capital investido. Assim é preciso observar que as previsões de alguns dos principais economistas da ordem para a economia brasileira em 2018 giram em torno dos seguintes números: crescimento do PIB em 2,7%, inflação em 4% e geração de 700 mil a um milhão de empregos formais. Sem dúvida, caso isso se confirme, tais números não serão suficientes para restaurar a situação anterior a 2014, quando se iniciou a atual crise nacional. Além disso, alguns dos fundamentos principais do tímido crescimento verificado desde o ano passado têm sido o brutal avanço da precarização do trabalho, a explosão do desemprego e o crescente endividamento da classe trabalhadora. Para as camadas mais baixas da classe trabalhadora, estamos muito longe de qualquer melhoria efetiva em seu padrão de vida.

2. Notas sobre a conjuntura Brasileira

O golpe de 2016, que já começa a ser incorporado à historiografia política do Brasil, não se deu pela movimentação de tropas como elemento decisivo, a exemplo do golpe anterior, de 1964. As características do golpe de 2016 podem ser assim expressas:

a) a articulação entre uma oposição parlamentar derrotada em quatro pleitos eleitorais seguidos, com setores do judiciário e os meios de comunicação que participaram do processo de maneira destacada, impondo uma determinada interpretação e direção à crise política, favorecendo à mobilização de parte da sociedade civil.

b) a corrosão da base social do governo petista. Em boa medida tal corrosão se deve a mudança verificada entre o discurso de campanha e o que o governo Dilma II implementou ao longo de seu governo. Essa contradição foi sentida pelas massas o que provocou um esvaziamento na defesa do mesmo.

O novo Governo apresentou uma agenda muito mais agressiva no sentido do atendimento ao capital, visando manter esse apoio. Nesse ponto é preciso destacar que é possível vislumbrar embriões políticos daquilo que caracterizam o governo Temer, no governo Dilma II. O PLP 257 tinha muitos pontos de interseção com a PEC 55 (EC 95). A Reforma do Ensino Médio, implementada por Medida Provisória de Temer não era tão diferente assim da proposta por Dilma II. Antecedendo a intervenção no Rio de Janeiro existiu a intervenção no Haiti. Dilma vetou a auditoria da dívida, assim como fez o governo Temer. Conviveu com a financeirização da economia e promoveu enormes lucros aos bancos.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica sofreu cortes orçamentários profundos a partir de 2014. Além disso, a transferência de montantes volumosos de recursos públicos (quanto?) ao empresariado da educação através de programas como o PRONATEC no governo Dilma II e agora MedioTec com Temer, precarizam a formação da classe trabalhadora e retornam à mera formação de mão de obra, sem formação integral. No IFBA, é preciso lembrar que a implementação desses Programas ocorreu de maneira vertical, sem diálogo com a comunidade e sem transparência nas ações e uso dos recursos, sendo o PRONATEC fruto de investigação a partir de inquérito do Ministério Público Estadual.

No poder, o bloco formado pela mídia golpista, pelo judiciário, PSDB e DEM partem para uma série de reformas de Estado. Algumas delas são tão agressivas que só poderiam ter sido feitas por um governo de exceção. A PEC do teto de gastos, atual Emenda Constitucional 95, combinada com a terceirização das atividades-fim, é garantia de precarização, perda de capacidade mobilizadora, fim dos concursos e privatização. O atual Governo não vacilou em usar níveis de repressão inéditos contra os movimentos de resistência. A seu pedido, o STF decidiu que não precisa de julgamento para cortar o ponto de trabalhador grevista. Quando foi acossado por uma poderosa manifestação (o Ocupa Brasília), trabalhadores foram atingidos por armas de fogo e o Exército foi chamado para garantir a ordem na capital federal. A execução dessa política teve o apoio entusiasmado de setores médios reacionários, em vias de proletarização, ainda que os mesmos, vez ou outra, entrem em contradição com o governo Temer, principalmente por questões subjetivas e morais.

A maioria da população brasileira, constituída por mulheres negras, vivencia de maneira intensificada os ataques à classe trabalhadora. Não apenas através das Reformas e da Terceirização, haja vista que as mulheres são maioria no trabalho informal, mas nas ameaças de retrocessos através de Projetos de Leis que retiram direitos sexuais e reprodutivos, que são

Direitos Humanos. As mulheres quilombolas e indígenas lutam e resistem em relação ao direito à terra, quanto o governo golpista segue o massacre dos povos indígenas e quilombolas.

3. Resistência e Luta

No início de 2017, na esteira da resistência à Reforma da Previdência, um processo de construção de unidade na luta foi paulatinamente construído. Realizamos sucessivas manifestações importantes: o 8 de março, o 15 de março e especialmente a GREVE GERAL de 28 de abril, que teve impacto estrondoso. A mobilização popular impôs limites e freios ao ajuste fiscal de Temer, notadamente em seu projeto mais ambicioso: a entrega da previdência ao capital. Liderado por setores vacilantes, o movimento sindical e popular se recusou a continuar a ação direta nas ruas e recuou da já convocada GREVE GERAL de 30 de junho, justamente num dos momentos de mais rejeição e maior fragilidade do Governo Temer. Num cenário em que diversos analistas políticos falavam da iminência da queda do Governo, vimos esse mesmo Presidente impopular e corrupto se livrar de todas as acusações e aprovar pesadelos da classe trabalhadora, tais como a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização. A CSP CONLUTAS e a INTERSINDICAL, centrais da classe trabalhadora, se agigantaram na resistência, protagonizaram importantes atos unificados e conseguiram até aprovar uma nova data de GREVE GERAL para o dia 05 de dezembro.

O ano de 2018 iniciou-se sob a ameaça do Governo em aprovar, a qualquer custo, a Reforma da Previdência. Pressionadas a partir de baixo, as Centrais Sindicais tiveram que apontar uma data unificada: o dia 19 de fevereiro, dia previsto para iniciar o trâmite da entrega da previdência. O FONASEFE assumiu essa data com convicção e chamou o conjunto dos servidores públicos a construir a resistência onde e como fosse possível. Esse chamado foi atendido pelas principais entidades do Serviço Público Federal e contribuiu para que o governo não conseguisse pautar a reforma nesse dia. O governo apostou no carnaval, para que o povo o esquecesse e ele pudesse costurar apoios, mas, para sua decepção, tivemos um dos carnavais mais politizados dos que se tem notícias. Marchas, sambas e blocos de protesto se viam a cada esquina. Apesar de todo esforço da grande mídia, foi impossível esconder o desfile da até então desconhecida Paraíso do Tuiuti, que, ao vivo, na tela da GLOBO, desmascarou o golpe e os golpistas, Temer e suas reformas e até mesmo a cumplicidade da grande mídia.

A derrota do Governo em não aprovar a REFORMA DA PREVIDÊNCIA deve ser absorvida pelos(as) lutadores(as) como uma importante vitória numa quadra histórica, onde os(as) trabalhadores(as) vinham acumulando derrotas. Nesse sentido, é muito importante capitalizar os efeitos dessa vitória. Essa vitória deve servir de estímulo para avançar. Os representantes do capital organizado sentiram a derrota, e se apressam em tomar iniciativas com o claro objetivo de dificultar a resistência. A mudança de foco, com a ascensão do discurso da segurança em detrimento “das reformas necessárias” é um indicativo claro de uma estratégia que visa seduzir parte da opinião pública conservadora. Acabaram de descobrir que a situação do Rio de Janeiro é insustentável e, aparentemente, se esqueceram dos dados produzidos pelo próprio estado brasileiro, que coloca outros dez estados na frente dos

fluminenses em termos de criminalidade e violência. O Estado do Rio de Janeiro não foi escolhido por ser o mais violento, mas sim por ser, hoje, um grande barril de pólvora, que pode explodir a qualquer momento. Servidores(as) públicos(as) estão com salários atrasados, saúde e educação em estado lamentável, sem nenhuma condição de atender às necessidades básicas da população. Soma-se a isso, o desemprego e a crise política instalada após prisões de três ex-governadores e vários políticos importantes. A intervenção militar no Rio de Janeiro tem vários indícios de açonamento e improviso. É certo que uma de suas consequências será o aumento da repressão e truculência com a periferia, mas o que de fato se tornará a intervenção dependerá de uma dialética entre oportunidade e vontade do Governo e resistência e denúncia das forças populares.

Nesse contexto, o bárbaro assassinato da vereadora do PSOL-RJ, Marielle Franco, relatora da Intervenção Militar e de Anderson Gomes chocaram o país. Marielle era reconhecida como defensora dos Direitos Humanos e crítica ferrenha da atuação de policiais que agem fora da lei. Ela voltava de um evento na Lapa quando foi alvo dos disparos. Uma vereadora de esquerda, mulher negra, periférica, lésbica, socióloga. A tentativa de matar a representatividade potente de Marielle gerou uma onda gigante de mobilizações por todos os estados, nas capitais e no interior do Brasil e internacionalmente. O crime segue sem solução, afinal: Quem mandou matar Marielle Franco?

4. Nota sobre a greve dos caminhoneiros.

A nova política de preços da Petrobrás se baseia na agiotagem cambial e no desmonte do patrimônio público, para posterior privatização. O governo Temer já anunciou o seu desejo de venda de ativos importantes que poderiam ser utilizados para contrabalancear a elevação do dólar no mercado mundial e a sua incidência sobre os derivados de petróleo. A refinaria Landulfo Alves, patrimônio do povo baiano e brasileiro, é um exemplo disso. Encontra-se com uma enorme capacidade ociosa e entrou na lista de venda do nefasto governo golpista. Como consequência da nova política de preços da Petrobras podemos apontar:

- a) O país se torna mais vulnerável aos efeitos externos, reduzindo a capacidade de intervenção sobre os preços. Isso acontece quando o preço do barril sobe muito (como está acontecendo agora) ou mesmo quando há uma intempérie em países fornecedores de petróleo ou derivados.
- b) O país passa a comprar no mercado internacional um bem que poderia produzir internamente. A produção de petróleo no Brasil, em abril de 2018, foi de 2,6 milhões de barris/dia (sem considerar 673 mil barris de gás natural). Neste mesmo mês, as refinarias da Petrobrás processaram 1,6 milhão de barris/dia e o consumo interno de derivados ficou em 2,2 milhões de barris/dia. Assim, mesmo produzindo 400 mil barris de petróleo a mais do que o necessário para atender ao consumo nacional, o país importou cerca de 600 mil barris de derivados/dia.

Como consequência desta política de paridade e redução da produção, cresce a entrada de importadores de derivados de petróleo no país.

A economia brasileira se tornou mais suscetível às flutuações do mercado financeiro e aos ataques especulativos. Desde a liberalização e a desregulação financeira no começo dos anos de 1990, os fluxos de capitais de curto prazo e os ataques especulativos com o objetivo de direcionar as políticas nacionais têm se tornado elementos decisivos da economia. Quando se permite que um dos principais bens comercializáveis de um país (e a principal fonte de energia e de transporte) possa variar conforme os fluxos e refluxos financeiros internacionais, a economia nacional se torna ainda mais suscetível aos ataques especulativos. Desta forma, o governo reduz a capacidade de controle sobre a política econômica. Nesse sentido, é extramente correto e positivo o pleito dos(as) caminhoneiros(as) pela baixa no preço do diesel. Tal pauta se confronta com os interesses do mercado financeiro internacional e de meia dúzia de investidores privados da Petrobras, ao mesmo tempo que está em sintonia com os anseios do povo brasileiro por redução também no preço final de outros derivados com o GLP e a gasolina. Ainda assim rejeitamos soluções que impliquem em reduções fiscais que afetam a previdência, bem como repudiamos a fração do movimento que se encontrava a serviço do patronato de transportes.

5. O IFBA, o reitorado Renato e a conjuntura.

As principais marcas experimentadas por nossa comunidade em sua relação com o reitorado Renato são o autoritarismo e a baixa capacidade democrática na formulação de políticas institucionais. São quase quatro anos que retrocederam décadas de democracia interna. Atualmente, a intensificação da burocracia, sobrecarga de carga horária para docentes, TAE e estudantes é uma realidade que retira qualidade de vida da comunidade interna, ocasionando inúmeras situações na saúde dos/as trabalhadores/as e estudantes, com alarmantes quadros de ansiedade, depressão, síndromes e suicídio.

Desde o primeiro momento tal reitorado tem procurado desarticular as ações sindicais contestatórias, assim como processos reivindicatórios oriundos da comunidade. Não por acaso a sua primeira ação foi dar fim ao principal espaço de debate público existente no IFBA, o intrainfba. Tal ação visava dificultar a comunicação na comunidade, incidindo em sua capacidade de mobilização, bem como encobrir as críticas dessa frente as ações autoritárias de tal reitorado. Ao mesmo tempo que punha fim ao intrainfba Renato colocava em curso três processos que atingiram diretamente as condições de trabalho dentro do IFBA, são eles:

a) O fim das 30 horas para os TAE. As 30 horas de trabalho semanais foi uma vitória duramente conquistada por nossa comunidade. Expressava uma bandeira histórica da classe trabalhadora mundial que é a redução da jornada de trabalho sem a redução de salários. Propiciava também um melhor atendimento as comunidades, internas e externas, pois condicionava os setores ao funcionamento contínuo e ininterrupto. Era assim benéfico tanto aos trabalhadores quanto ao público-alvo do IFBA. A retirada de tal jornada incidiu diretamente na qualidade dos serviços prestados bem como na qualidade de vida dos(as) técnicos administrativos.

b) desregulamentação da jornada docente. O corpo docente contava com parâmetros que colocavam um máximo e um mínimo a sua jornada de trabalho em sala de aula. Para além disso, a resolução 46 apresentava um barema que norteavam as ações docentes na pesquisa,

extensão e representação institucional e a sua incidência na jornada semanal de trabalho. Ao por fim em tal resolução, Renato retirou os parâmetro do trabalhos docente, permitindo assim uma intensificação do mesmo. O resultado mais sentido nesse ponto foi o decréscimo de qualidade no ensino e uma maior fragmentação das demais atividades docentes. As consequências podem ser sentidas na taxa de evasão de estudantes e no incremento das dificuldades em afirma o IFBA como um polo de pesquisa e extensão, também.

c) O controle de frequência por mecanismos eletrônicos. A efetivação das políticas citadas acima não poderiam se efetivar sem um maior controle sob o trabalho dentro de nossa comunidade. Não sem propósito Renato aplicou o controle de frequência por meio do ponto eletrônico biométrico. A dispensa do ponto eletrônico para os trabalhadores da educação se fundamenta no reconhecimento do papel social das instituições públicas de ensino e na especificidade do trabalho nelas desenvolvidas. Todos os trabalhadores da educação – ou seja, docentes do En - sino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), docentes do Magistério Superior (MS) ou Técnicos Administrativos da Educação (TAE) – assumem o papel de educadores porque lidam e interagem com os estudantes, fazendo parte da sua formação humana, ainda que desempenhem dentro da instituição tarefas e funções diferenciadas. Professores e técnicos devem agir de forma integrada, tornando este o espaço da ação e prática pedagógica por excelência, que envolve a todos (trabalhadores, estudantes, responsáveis e comunidades).

De certa forma o reitorado Renato antecipa alguns aspectos da reforma trabalhista de Temer. Principalmente na precarização das condições de trabalho e na baixa capilaridade democrática na implementação das mesmas. Outro aspecto comum é a articulação com setores reacionários do judiciário e do ministério público que legitimaram as reformas nesse reitorado. Sem esquecer que, tal qual o governo temer, os aspectos repressivos foram largamente implantados no IFBA. Nossa instituição se tornou uma das campeãs nacionais em abertura de Processos Administrativos Disciplinares (PAD), muito desses políticos, que visavam atacar lideranças da comunidade, sindicalistas em particular. Apoiou a expulsão de uma série de lideranças estudantis no episódio conhecido como os 20 de Camaçari. Cortou salários de uma série de ativistas políticos, sem nenhuma base legal e de maneira arbitrária ao longo do processo de implementação do ponto eletrônico. Antecipou também aspectos das reforma do ensino médio na redução dos 4 para os 3 anos no ensino integrado. Não é exagero a palavra de ordem: **Temos nosso próprio Temer!**

6. Plano de Lutas

A atual conjuntura se apresenta com o aprofundamento de uma agenda neoliberal e anti-popular, aliada ao recrudescimento da repressão e violência estatal contra a classe trabalhadora e os setores populares, capitaneadas pelo governo ilegítimo e golpista de Michel Temer (MDB), como o operador político dos interesses do programa da burguesia, que busca saídas para a crise econômica, aumentando a exploração sobre a classe trabalhadora e drenando os recursos públicos para atender as demandas do capital. É fundamental que a nossa seção apresente para suas bases e para o conjunto da classe trabalhadora um Plano de Lutas, que sinalize movimentações táticas que contribuam para o avanço de pautas

importantes para os/as trabalhadores/as docentes e técnico-administrativos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

1. Eixo Geral:

- a) trabalhar pela unidade da classe trabalhadora e por uma nova greve geral;
- b) Lutar pela revogação imediata da Emenda Constitucional n.º 95, de 2016 (Novo Regime Fiscal ou Teto dos gastos públicos), que congela os gastos públicos nas áreas sociais por 20 anos, e que, em curto prazo, inviabilizará a educação pública no país; c
- c) Lutar pela revogação da Lei das terceirizações (LEI Nº 13.429, DE 31 DE MARÇO DE 2017), que precariza, ainda mais, o serviço público, ao atingir as atividades fins e que, em curto prazo, tende a eliminar o ingresso de novos servidores públicos via concurso público;
- d) Lutar pela AUDITORIA da dívida interna e criação de uma comissão especial para analisar todo o processo de constituição da dívida;
- e) Lutar contra as privatizações no serviço público;
- f) Lutar contra a Reforma da Previdência e a retirada de direitos;
- g) Defender a CSP Conlutas como espaço de articulação da classe trabalhadora assim como denunciar a política sectária e isolacionista de sua porção majoritária;
- h) Em defesa das liberdades democráticas e pelo direito de Lula ser candidato.

2. Eixo Educação, Ciência e Tecnologia

- a) Lutar contra o Projeto de Lei Escola Sem Partido;
- b) Lutar pela revogação da reforma do ensino médio e das Bases Nacionais Curriculares Comuns, que precarizam a educação básica e restringem o acesso dos estudantes oriundos da classe trabalhadora ao conhecimento e a uma formação integral;
- c) Defender a modalidade integrada no IFBA;
- d) Defender os programas de assistência estudantil e a ampliação dos recursos a eles destinados;
- e) Defender a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão no IFBA;
- f) Lutar contra os cortes na área de Ciência e Tecnologia e lutar por mais investimentos públicos na área, e em defesa de um modelo de produção de Ciência e Tecnologia voltado para os interesses e demandas dos setores populares e da classe trabalhadora;
- g) Lutar pela manutenção da gratuidade nas instituições de educação públicas;

3. Carreira e salário

- a) Envidar ainda mais esforços em Campanha Salarial para recomposição dos salários dos servidores públicos federais;
- b) Lutar por Data-base;
- c) Lutar por nenhum direito a menos
- d) Lutar pela regulamentação da jornada de trabalho dos servidores TAE do IFBA para o máximo de 30 horas semanais, sem redução salarial;
- e) Lutar pela RSC para TAE;
- f) Lutar por uma regulamentação da atividade docente contemplando o ensino a pesquisa e a extensão
- g) Lutar pelo fortalecimento da CIS
- h) Lutar em defesa da caráter público da Previdência, do regime de solidariedade em contraposição ao regime de capitalização. NÃO À FUNPRESP!!!;

4. Eixo – Sindical e IFBA

- a) Lutar pela realização do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT) como um instrumento fundamental no processo de retomada dos esforços de unificação dos trabalhadores e dos movimentos populares numa perspectiva estratégica de superação do capitalismo;
- b) Firmar compromisso com a mais ampla unidade de ação necessária para a defesa dos direitos sociais e dos direitos democráticos que sofrem sistemático ataque por parte do capital e dos governos federal, estaduais e municipais;
- c) Lutar para a derrota de Renato nas próximas eleições à reitoria, mas sem apoiar a nenhum candidato;
- d) Lutar para ampliar a participação de mulheres, negros e negras, LGBT's nas direções sindicais bem como no movimento sindical;
- e) Manter a independência sindical frente a partidos políticos, governos, e reitorias. Nesse sentido é importante combater aqueles que em nossa base procuram vilipendiar e diminuir a nossa independência em tais processos eleitorais.

Assinam a tese:

Anne Teixeira Veiga da Costa (TAE, Barreiras); **Elane Correia** (Docente, Barreiras); **Fabiano Brito** (Docente, Simões Filho), **Luis Antônio Costa** (Docente, Salvador), **Luiz Cezar Dos Santos Miranda** (Docente, Valença), **Paula Vielmo** (TAE Barreiras), **Rogério Lustosa** (Docente, Salvador); **Ronaldo Naziazeno** (Docente, Salvador) **Walker Umeki Hanashiro** (Docente, Barreiras)